

PERDÃO¹ EM UMA PERSPECTIVA COMPORTAMENTAL
HÉLIO JOSÉ GUILHARDI²
Instituto de Terapia por Contingências de Reforçamento
Campinas - SP

Vamos iniciar com um esclarecimento conceitual. Na Psicologia tradicional, comportamentos e sentimentos são dois conceitos diferentes entre si, com qualidades distintas, a mais marcante das quais é atribuir aos sentimentos uma função causal: sentimento precede e causa comportamento (modelo explicativo de causalidade da Física clássica). Na Análise do Comportamento e no Behaviorismo Radical, não: comportamentos e sentimentos são eventos da mesma natureza, basicamente manifestações do organismo evocadas e eliciadas por contingências de reforçamento. Se ambos são fenômenos que portam o mesmo status, não cabe a nenhum deles função privilegiada, não compete a nenhum deles a função causal do outro. Comportamentos e sentimentos não são causados, mas ocorrem em função de contingências de reforçamento e são selecionados pelas consequências ambientais que produzem (modelo biológico darwiniano de seleção natural). O foco para estudo e intervenção prática do analista de comportamento é o que o leva a fazer um recorte momentâneo, *arbitrário*, no fenômeno de interesse, destacando comportamento ou enfatizando sentimento. Não há, no entanto, comportamento nenhum dissociado de sentimento, nem vice-versa. Acredito que tempo virá em que os dois termos serão substituídos por um neologismo técnico, que faça justiça à natureza dos dois e os funda num único termo, tal como *comportimento*.

O fenômeno comportamental a que se dá o nome de *perdão* deve ser entendido como um fenômeno que inclui comportamentos (por exemplo, dizer ao outro que o perdoa e, a partir daí, retomar uma interação harmoniosa, despida de críticas, ironias, desprezo etc.) e sentimentos (a pessoa que perdoa não nutre sentimentos de desdém, raiva, mágoa etc. em relação ao outro, mas cultiva em relação a ele sentimentos de bem-querer, de amizade, de carinho, de amor, bem como se sente bem, tranquila, em paz consigo mesma etc.). Perdoar é comportar-se, ao mesmo tempo em que prevalecem sentimentos de bem-estar e de querer bem, em harmonia com aquele que recebeu o perdão. O genuíno e completo perdão inclui, inseparavelmente, perdoar e sentir-se bem ao perdoar. Afirmar que perdoar é essencialmente comportamento operante e aquilo

¹ Uso o termo *perdão* porque tem forte apelo em nossa comunidade socioverbal, mas tal escolha não implica em adotar as conotações mentalistas que o termo evoca. O perdão será analisado exclusivamente no contexto de relações maritais, mais particularmente no contexto de episódio de traição.

² Março/2013. Atualizado em novembro/2015.

que se sente ao perdoar é basicamente comportamento respondente é uma impropriedade conceitual, apenas aceitável como exposição didática, reconhecidamente arbitrária. Pode ter, porém, utilidade prática, pois torna explícita a necessidade que o terapeuta tem de lidar com todas as facetas de um comportamento complexo, multideterminado. Aquele que diz que perdoou, mas não se sente em paz com o perdão, não perdoou. Perdoar e sentir o que acompanha o comportamento de perdoar constitui uma unidade e deve-se destacar com ênfase que o perdão é *comportimento*, com componentes operantes e respondentes integrados e se influenciando reciprocamente, regido por contingências de reforçamento.

Para tornar mais clara a breve exposição conceitual acima, o ponto de partida pode ser a análise funcional de determinado comportamento emitido por João: Ele traiu sua esposa Maria. Não se trata de uma suposição dela, mas, diante de evidências, João admitiu que teve um relacionamento extraconjugal com Eliana. Trata-se de uma ex-namorada do tempo da Faculdade, com quem se encontrou casualmente durante uma viagem profissional. Daí se desenvolveu um relacionamento... Bem, sobre o que houve entre eles será apresentado logo adiante. A descoberta da traição teve função profundamente aversiva para Maria. Porque ela ama João? Não necessariamente. *Trata-se de uma possibilidade*. O que se pode afirmar é que o episódio desencadeou uma rede de sentimentos e comportamentos que interagem entre si, compondo um todo aversivo, cujos componentes isolados não são, necessariamente, conhecidos por Maria e, ainda mais, sendo ou não conscientes, desempenham papéis importantes nas maneiras como ela se comportará e se sentirá de imediato e como passará a se comportar a médio-longo prazo. O que se seguirá a partir do episódio da traição não pode ser resumido em uma única classe de comportamentos e sentimentos nomeada de perdão. Seria simplificação exagerada e ingênua. Foi puxado o gatilho para uma luta que a pessoa trava consigo mesma (“Não posso aceitar isso...”; “Estarei sendo egoísta se não aceitar a traição?”; “E meus filhos?...”; “E minha família?...”), e contra o outro (“Você foi covarde...”; “Quem é você, afinal?”; “Você sabe amar?...”; “Vou destruí-lo...”), luta essa cujo desenvolvimento não pode ser previsto *a priori*. Uma luta essencialmente caracterizada por comportamentos de fuga-esquiva – com variabilidade de amplo espectro –, que visa essencialmente a amenizar a dor, com pouca liberdade para escolher o melhor processo comportamental a ser adotado. Não há melhor processo; há processos possíveis!

As pessoas apresentam padrões de comportamentos-sentimentos que se distribuem por múltiplas categorias³. Talvez, em algum grau, comportam-se e sentem-

³ As categorias de sentimentos-comportamentos expostas foram elaboradas de forma arbitrária – às vezes algumas classes comportamentais se repetem em diferentes itens –, pois elas não compõem classes estanques de sentimentos-comportamentos com limites nítidos. Pelo contrário, tais características se

se de acordo com todas elas. Uma pessoa é *tudo isso* que se exporá em seguida. Qualquer episódio comportamental significativo e intenso pode funcionar como catalizador para gerar composições únicas, particulares de sentimentos e comportamentos. A traição tem todos os componentes para ser um episódio significativo e intenso. Seguem-se as principais categorias de sentimentos e comportamentos caracterizados por pensamentos, sentimentos e atos pelos quais se expressam:

1. *Sentimentos-comportamentos de culpa*: “Não cuidei devidamente da minha relação com João. Vinha sendo implicante com ele; pouco atenciosa; ele deixou de ser minha prioridade... Pudera, os filhos, a casa, as preocupações com a saúde de minha mãe... tudo isso me absorveu. Nossa vida sexual estava insatisfatória: dava-lhe pouca atenção... Não teriam sido minhas falhas, omissões, indiferença que o levaram para a outra?”
2. *Sentimentos-comportamentos de humilhação*: “O que vão pensar de mim quando souberem? Minha família... minhas amigas... Vão rir de mim! Vão cobrar uma reação! Vão esperar que eu tome uma atitude enérgica... que dê um fim ao meu casamento... Não posso me mostrar fraca e aceitar o que ele fez como se fosse uma bobagem qualquer. Não posso me afastar de todas as pessoas para ficar com o João! Seria uma fuga inútil da humilhação!”
3. *Sentimentos-comportamentos de rejeição*: “Preferiria que João tivesse morrido num acidente... (Deus há de entender meus sentimentos deste momento.) Perdê-lo para a Morte seria uma perda... perdê-lo para outra é pior... O sentimento de rejeição é mais doloroso. Parecia que ele me amava... Talvez, no início... até me conquistar. Depois passou a me desdenhar. Eu o sentia me escapando. Todos – os amigos, os familiares, o trabalho, o futebol... – tudo era mais importante que eu. Eu me calava esperando que me incluísse... Me sentia uma estátua empoeirada com a qual se acostumou... Nem ouvia o que eu dizia, nada do que eu fazia cativava a atenção dele: comia minha comida, usava a roupa que eu passava... Não reclamava de nada... Também..., reclamar de quem não existia?”

mesclam e se influenciam sem barreiras definidas e se expressam com diferentes intensidades, em momentos sucessivos. O que se chama de sofrimento é um processo complexo, abrangente, multideterminado pela história de contingências de cada um em interação com as contingências de reforçamento presentes.

4. *Sentimentos-comportamentos de insegurança e desamparo:* “Não sei como reconquistá-lo... Na verdade, nunca me senti segura sobre minha capacidade de fazê-lo me amar, me admirar. Eu era uma sombra: meus movimentos eram os dele, meus desejos eram os dele, minhas escolhas eram as dele. Eu tinha a noção de que precisava me expressar mais, me impor mais, dirigir um pouco mais a nossa vida, mas não tinha a menor noção do que fazer. Eu parecia um paralelepípedo querendo voar!... Só sei ser dona de casa e mãe... Ele sempre foi minha bússola... Não sei como viver sem ele... Não sei como começar meu dia...”
5. *Sentimentos-comportamentos de baixa autoestima:* “A outra é mais bonita que eu... mais inteligente... mais interessante... é uma profissional, ganha seu próprio dinheiro. João enjoou de mim: sou chata, desinteressante, engordei... Quando eu era pequena já era gordinha. Sempre fazia o papel de empregada nas brincadeiras na Escola. Era melhor ser boazinha do que ser deixada de lado. Nunca me atrevia a tomar qualquer iniciativa. Tinha um medo horrível de ouvir “não”. Numa encenação do Chapeuzinho Vermelho, eu me lembro, não me deixaram ser o Lobo; disseram que eu era muito molenga!”
6. *Sentimentos-comportamentos de raiva e vingança:* “Quem ele pensa que é? Eu sou mais eu! Ele me paga. Se pensa que vai sair por aí feliz da vida com aquela ‘periguete’, está muito enganado! Vou acabar com o dinheiro dele... Ainda tenho comigo o cartão de crédito. Vai ver o que é bom ficar sem os filhos... Só vai estar com eles na presença da Assistente Social. Tenho meus argumentos para apresentar para o juiz. Vou falar com o chefe dela. Não vai ficar naquela Empresa ilesea; vou espalhar pra todo mundo quem ela é: um perigo para todas as famílias.”
7. *Sentimentos-comportamentos de competição:* “Se pelo menos ela fosse uma princesa, eu entenderia... Mas me trocar por ‘aquilo’ lá?! A única coisa bonita dela é a minissaia, o instrumento de trabalho dela. Não me conformo em ser trocada por qualquer uma... Nem sei se o amo de verdade, ou se não gosto de perder. Daqui a pouco ele vai me ver com outro. Vou saber escolher para não decepcionar meus filhos... Não se usa o termo ‘corno’ no feminino! Mas vai ter um belo chifre antes da separação!”
8. *Sentimentos-comportamentos de autopiedade:* “Meu destino é sofrer mesmo. O ‘deslize’ do João é mais uma frustração, mais um capítulo no meu calvário. Não importa o que eu faça, as coisas sempre saem erradas. Nem minhas orações têm me ajudado. Se me separar, tenho certeza que meus filhos vão me abandonar; o pai tem

melhores condições financeiras e será fácil puxá-los para o lado dele. Tenho sentido que os sintomas físicos, que nunca me abandonam, estão mais agudos: minha pressão está alta, sinto tonturas, meus braços adormecem... perdi peso, não descanso à noite... me viro na cama sem aprofundar o sono... os pesadelos me apavoram... Tenho medo de enlouquecer. Se pelo menos ele me desse uma segunda chance!”

9. *Sentimentos-comportamentos de amor e ternura:* “Tenho certeza de que o João precisa urgentemente de um psiquiatra. Só pode ser bipolar. Muito estresse. Ele não está bem; já vinha percebendo que ele estava diferente há bom tempo. Coitado, está sofrendo muito depois que descobri tudo. Sente muita culpa. Isso me corta o coração. Vinha insistindo para que procurasse ajuda; nunca me ouviu. É muito brioso. Quer vencer a vida sozinho! Tenho certeza que ele se envolveu nessa enrascada por ingenuidade. Ele é muito puro, inocente. Acho que ele está muito triste, deprimido com o que aconteceu. Sei que vai sair dessa, só espero que não carregue a culpa pelo resto da vida. Ninguém tem culpa de adoecer. Sei que vai adoecer. Tenho procurado apoiá-lo. Acho que ele precisa de compreensão e amor. Não falei nada do que aconteceu para ninguém. Não quero expô-lo a situação tão constrangedora, humilhante. Meus filhos não podem nem pensar que o pai caiu nessa armadilha. Vão perder a admiração que devotam a ele.”
10. *Sentimentos-comportamentos de depressão* “A vida perdeu o sentido para mim desde que soube da traição do João. Tenho tomado antidepressivo que o psiquiatra me receitou, mas não tem me ajudado. Pedi afastamento do meu trabalho... não consigo me concentrar! Não paro de pensar no que houve, as cenas de sexo passam pela minha cabeça como um filme... Não desligo. Choro em qualquer lugar. Meus filhos perderam significado para mim... Deus há de me perdoar, mas penso que não os amo mais. Às vezes, desejo ser assaltada... Vou agredir os assaltantes para que me matem. Assim meu sofrimento terá um fim. Sempre me questioneei se a vida teria algum sentido. Hoje encontrei a resposta: viver não vale a pena... por nada!”
11. *Sentimentos-comportamentos de autoconhecimento alienado:* “Meu marido e meus dois filhos sabem como eu sou: ninguém me enfrenta porque sabem que quero o bem deles. Adoro cozinhar, faço pratos elaborados, diferentes, mas sempre saudáveis. Comigo não tem essa de ‘o que gosta de comer’; a gente come o que faz bem para a saúde. Só comem o que não devem quando viajo. Até vejo o meu marido indo para o restaurante comer um parmegiana. Ele adora. Ele não fuma na minha presença. Sei que fuma escondido, mas com isso não me envolvo. Adoro receber

gente em casa: meus familiares, minhas amigas com os maridos. Meu marido não liga. Ele não convive com a família dele e nunca quis trazer um amigo em casa. Amizade para ele termina na porta de entrada de minha casa. Meu marido é superpaciente. Tenho um tio superchato; essa avaliação é unanimidade. Mas ele adora meu marido e, quando se encontram, batem longos papos. Nunca interfiro! Meu único problema é que meu marido viaja muito. É rara a semana em que não dorme pelo menos uma noite fora. Não gosto disso, mas é o trabalho dele... Acho que compensamos isso passando todos juntos o fim de semana. Até o namorado da minha filha está sempre presente. Ele é mais um filho! Sempre me antecipo e programo o que vamos fazer. Gosto que a vida corra do meu jeito. Minha família é minha total prioridade.”

Poderiam ser listadas outras classes de sentimentos-comportamentos, mas, para justificar argumentos que se seguem, bastam os que foram apresentados. Para tomar decisões no contexto de relacionamento marital, as pessoas precisam se conhecer com discernimento. (Conhecer com discernimento significa ter autoconhecimento sobre como se comporta e como sente, e saber de que são função tais comportamentos e sentimentos.) Assim, neste texto se está dando foco para o comportamento de perdoar; no entanto, as mesmas considerações precisariam ser formuladas para os comportamentos de se separar (independentemente das causas que levaram a tal desfecho); de manter a união conjugal, apesar de importantes conflitos não resolvidos; de manter relacionamento amigável pós separação ou, diferentemente, viver em competição pelos bens, pelos filhos etc.; de optar por guarda compartilhada harmoniosa ou adotar comportamentos de alienação parental; de dividir harmoniosamente os bens ou provocar disputa por quaisquer itens de propriedade etc. Os comportamentos têm determinação atual e histórica. Avançando na exposição, vale a pena repetir que as pessoas, para terem capacidade para perdoar, precisam, então, se conhecer com discernimento: saber como se sentem, como se comportam e quais são os determinantes de sentimentos e comportamentos na história de contingências de cada um e no contexto presente de suas vidas. Precisam saber quais os significados que seu companheiro tem para sua vida e o que ela própria significa para seu companheiro. A traição não é um ato isolado dentro de uma relação a dois. É estranho que uma pessoa não possa prever e, em certo grau, evitar a traição ou, em outro extremo, sabê-la provável e se preparar para lidar com ela – se for inevitável – da maneira menos destrutiva possível para todas as pessoas envolvidas no episódio. Trair é muito humano. Porque é, então, um comportamento tão devastador? A dimensão dramática, catastrófica de uma traição é inversamente proporcional ao grau de conhecimento que temos sobre as leis que regem os comportamentos humanos; inversamente

proporcional ao nosso autoconhecimento e ao nosso autocontrole; inversamente proporcional ao grau de conhecimento que temos de nosso companheiro. Sem respostas convincentes a todo esse questionamento, falar em perdão é buscar uma falsa solução, na melhor das hipóteses, limitar-se a um comportamento protocolar para se manter nos mesmos padrões de relacionamento a dois, na mesma alienação que precedeu a ocorrência do episódio de traição e que se *convencionou* encerrar com o perdão.

Passemos a apresentar algumas análises a partir das interações entre João e Maria depois que foi descoberta a traição. As considerações que se seguem partem do desejo manifesto por ambos de que não querem se separar. A separação é, então, aversiva para ambos. O terapeuta deve se ater a esta informação. É perigoso para o processo psicoterapêutico ir além, pressupondo, por exemplo, que, se ambos expressam o desejo de continuar casados, então, eles se amam. Há muitas contingências de reforçamento operando que aumentam a probabilidade da manutenção do casamento (basta retomar as diferentes categorias de sentimentos-comportamentos descritas), seja por reforçamento positivo, seja por reforçamento negativo ou pela interação de ambos. A identificação dos determinantes funcionais da permanência dos cônjuges lado a lado exige um longo processo de análise. Por ora, basta o ponto de partida: é aversivo para João afastar-se de Maria; é aversivo para Maria afastar-se de João. (Contingências de reforçamento coercitivas prevalecem em episódios tais como traição conjugal, de tal maneira que é dispensável considerar a relevância de contingências de reforçamento positivo em operação neste contexto.) Desta maneira, João pode afirmar que ama Maria e pode até sentir que a ama, mas a questão básica permanece: quais CR produzem tal afirmação e tal sentir. Pode, ainda mais, dizer que não quer se afastar da família, que teme perder os filhos, que se sente culpado e envergonhado perante os demais familiares e pessoas relevantes do seu contexto social etc. Neste caso, Maria não está só no julgamento do comportamento de João, pois a comunidade social a que pertencem compartilha da função aversiva que os atos dele têm para Maria e para o grupo. Se Maria e demais pessoas fossem funcionalmente insignificantes para João, a reação de todos ao seu comportamento seria irrelevante para ele; se são significativas, então a reação delas compõe um contexto aversivo para João. A partir deste ponto, então, João pode expressar arrependimento pelo que fez, prometer que tal comportamento não se repetirá e buscar o perdão de Maria e, eventualmente, de outras pessoas.

Por seu lado, Maria pode expressar que quer salvar o casamento *pelos filhos*, que para ela a *família* é o bem maior a ser preservado a qualquer custo, que entende que os homens precisam de tais aventuras, pois sexo para eles é simplesmente uma

necessidade biológica, diferentemente do que significa para a mulher, para quem sexo é inseparável de amor. Pode ainda afirmar que ama João e que continuar ao lado dele faz bem para ela. A mesma questão proposta para João deve ser lembrada para Maria: quais CR produzem as verbalizações dela, quais CR evocam-eliciam o que ela sente?

A tarefa de detectar a quais CR João e Maria estão respondendo é extremamente complexa e a construção da rede de influências recíprocas exercidas pelas CR que regulam a vida comportamental de cada um individualmente e a ambos nas suas interações é lenta e requer um longo processo terapêutico. O mais importante, neste ponto, é que o terapeuta tenha claro que não deve ficar sob controle de verbalizações de João e Maria (“não ficar sob controle” não significa deixar de respeitá-las), mas ficar sob controle do desafio de identificar as CR importantes para ambos.

Não obstante todas as considerações contextuais, é necessário esboçar alguns paradigmas que ilustram de maneira didática como se inicia e como deve evoluir o processo terapêutico (os exemplos foram elaborados com a premissa de que a separação é aversiva para João e Maria). Assim:

VER PARADIGMAS 1, 2 E 3, NO FINAL DO TEXTO
(antes do anexo)

Comentários sobre os três paradigmas: todas as situações apresentadas são arbitrárias. No processo terapêutico haverá avanços e retrocessos. O que se pretende com a apresentação das interações exemplificadas nos três quadros é oferecer ao terapeuta um modo de lidar com os episódios comportamentais conforme eles vão se sucedendo. É importante que o terapeuta contextualize as respostas, comportamentos e sentimentos dos clientes dentro de um modelo de tríplice contingência e tenha claros os processos comportamentais em funcionamento. Lembre-se: é um processo que inclui episódios comportamentais atuais e significados (isto é, funções dos eventos) adquiridos durante a história de contingências de reforçamento das personagens.

Os esquemas apresentados acima permitem análises e comentários adicionais. Assim: as interações entre João e Maria durante a crise são regidas por contingências de reforçamento coercitivas. Pode-se argumentar que há também em operação contingências de reforçamento positivo. É pouco provável; na melhor das hipóteses, as interações mantidas por reforçamento positivo são escassas. Se analisarmos pelo *fenótipo* comportamental há interações que podem ser assim nomeadas: eles passam a sair juntos, a dialogar mais, a trocar carícias etc.; no entanto, é mais cauteloso atentar para as *funções* que tais interações têm: são comportamentos de fuga-esquiva controlados por reforçamento negativo (redução, eliminação ou adiamento de consequências aversivas). Relações regidas por reforçamento positivo poderão emergir

a partir do último esquema, se João e Maria realinharem suas interações e as mantiverem por reforçamento positivo, qualidade a ser adquirida e desenvolvida. Durante a crise, que se iniciou com a descoberta da traição (ou até mesmo antes, se já existiam suspeitas e interações ruidosas que sinalizavam os primeiros indícios da crise) e se completou com a reconciliação, o controle comportamental é essencialmente aversivo. Se as interações são regidas essencialmente por controle aversivo, então é arriscado afirmar que querem se manter juntos porque se amam. Amor é *comportimento* instalado e mantido por reforçamento positivo. Querer permanecer junto de alguém pode ser comportamento de fuga-esquiva de muitas condições aversivas que geram medo de solidão, sentimentos de rejeição etc. Deve-se perguntar: será que sabem amar? Será que algum dia aprenderam a amar? A realização de uma relação de amor é meta a ser alcançada; não ponto de partida.

Se for perguntado para qualquer um dos dois: “Por que você quer salvar seu casamento e continuar convivendo com quem se casou?”, a resposta mais provável será “Por amor...!” O terapeuta não deve ficar sob controle do comportamento verbal do cliente, mas das contingências de reforçamento das quais a verbalização é função. Ficar junto porque ama é uma possibilidade; não é a única. Atente para as contingências de reforçamento em operação na crise conjugal e ficará claro que elas evocam comportamentos de fuga-esquiva, um dos quais pode ser o comportamento verbal “Por amor”. Trata-se, provavelmente, de uma justificativa para persistir no casamento; uma razão para a sociedade e para a própria pessoa. É pouco provável que se trate de um tato verbal puro emitido sob controle do sentimento relatado. Faz-se necessário distinguir três conceitos de comportamento verbal: tato verbal puro, tato verbal distorcido discriminado (mentira) e tato verbal distorcido indiscriminado (engano), a fim de melhor compreender a análise que o terapeuta pode propor, quando ficarem claras para ele quais são as contingências de reforçamento que estão atuando nas interações entre João e Maria.

Tato verbal puro é comportamento verbal (oral, no presente caso) sob controle do antecedente, instalado pela comunidade verbal que nomeia arbitrariamente o objeto ou evento e consequência com reforço condicionado generalizado o uso adequado da relação objeto-termo feita pelo falante pertencente àquela comunidade sócio-verbal. Assim, diante do doce brigadeiro (objeto), o falante diz “brigadeiro”; exposta à questão “quem comeu o brigadeiro da bandeja antes do aniversário” e diante do espaço vazio (previamente ocupado por um brigadeiro) apontado pela mãe na bandeja e do sabor doce-achocolatado na boca, a criança diz “Fui eu”: tato verbal puro que sintetiza o evento de ter sido ele o sujeito da ação de ter comido escondido, antes da hora, sem autorização, o brigadeiro que repousava na bandeja.... Tato distorcido *discriminado* é exemplificado quando a criança mente para a mãe e fala a verdade para a avó. Assim: a

mãe pergunta “Quem comeu o brigadeiro?”, há o espaço vazio na bandeja, o sabor doce-achocolatado ainda é degustado na boca, mas a criança diz “Não fui eu! Deve ter sido o safado do Doçura...” (nome do cachorro). Em seguida, distante da mãe, a avó pergunta “Quem comeu o brigadeiro?... Já sei, foi meu netinho danadinho...” e tudo o mais é idêntico ao cenário flagrado pela mãe. Agora o netinho, com voz baixa para a mamãe não ouvir, diz “Fui eu, vovó!” O que diferencia a emissão do tato distorcido (emitido perante a mãe) do puro (emitido diante da avó) é a consequência que será produzida pelo tato verbal da criança. A partir da história de contingências de reforçamento, o pequeno guloso prevê que será punido pela mãe, que zela pelo comportamento polido do filho, e será valorizado pela avó por ser arteiro, audacioso, “safadinho”, enfim. Tal exemplo ilustra que o tato verbal emitido pelo Junior está rigorosa e ordenadamente sob controle das duas contingências de reforçamento presentes: o antecedente é o mesmo, mas as consequências liberadas pela mãe e pela avó são diferentes. Logo, os tatos verbais discriminados de Junior estão sendo emitidos sob influência das respectivas consequências e ele responde a elas diferencialmente e de forma consistente. Pode-se, então, afirmar que Junior está ciente dos controles sobre suas verbalizações. Diz-se que mentiu para a mãe (emitiu um tato verbal distorcido discriminado): comportamento de esquiva da consequência social aversiva que viria dela se falasse a verdade; falou a verdade para a avó (emitiu um tato verbal puro): comportamento selecionado e mantido por reforçamento generalizado social positivo provindo da avó.

No caso de João e Maria, o tato é distorcido *indiscriminado* porque estão presentes estados corporais aversivos, que eles não discriminam com precisão quais são e para os quais não têm um termo apropriado; estão atuando as contingências de reforçamento coercitivas (perda iminente de reforçadores positivos e exposição a condições aversivas), as quais ora suscitam comportamentos de aproximação, ora de afastamento e repulsa: são contingências de reforçamento de aproximação do reforço positivo ou de afastamento da condição aversiva? Provavelmente, nem João, nem Maria saberão identificá-las; os pensamentos variam e se expressam de maneiras diversas, até incompatíveis entre si, em momentos sucessivos: “Quero salvar meu casamento...”, “Não me imagino vivendo com esse monstro”, “A separação vai me trazer paz”, “Não suporto pensar em viver na solidão”; alternam-se sentimentos de bem-estar, mas que podem ser de alívio, de raiva, de expectativa, de desespero, de esperança... Enfim, nada é suficientemente claro para nenhum dos dois. No início, o terapeuta é a única pessoa habilitada a identificar, com maior probabilidade de acerto, quais são as contingências de reforçamento em operação (se coercitivas ou se reforçadoras positivas), quais os comportamentos que prevalecem (são de aproximação ao reforço positivo ou de fuga-esquiva das condições aversivas), quais os sentimentos presentes (são,

preponderantemente, de bem-estar ou de alívio) etc. Consequentemente, João e Maria farão tatos distorcidos a respeito das funções de seus comportamentos e dos seus sentimentos, mas não se trata de mentira, pois lhes falta a devida discriminação; emitem tatos verbais distorcidos indiscriminados. Assim, falam sem ter a devida clareza a respeito daquilo que controla suas verbalizações. Não estão cientes dos controles, logo não mentem; se enganam. Como tal, antes que haja devida discriminação - e tal processo depende da atuação do terapeuta - das contingências de reforçamento em operação, dos comportamentos emitidos e eliciados e dos sentimentos vivenciados é impossível para João e Maria emitirem tatos puros a respeito de sentimentos, de objetivos a serem buscados, de decisões a serem tomadas etc. Há momentos para identificar os processos comportamentais; há momentos para nomeá-los. Deve ser nesta ordem!

Pode-se propor a questão – comumente apresentada nas sessões: – O que aconteceu? Nós éramos tão felizes! Nada me faria supor que isso viria a ocorrer! Faltou-me completamente o chão, de repente...

Há considerações que podem ser feitas para responder a tamanha perplexidade:

- a. A visão de um casamento harmonioso pode ser a percepção de um membro do casal. O outro talvez não tenha a mesma avaliação;
- b. Há confusão entre comportamentos mantidos por reforçamento positivo, que produz sentimentos de bem-estar, de paz, de liberdade etc., com comportamentos mantidos por contingências aversivas, que produzem repertórios funcionais de fuga-esquiva, os quais evitam, pospõem ou minimizam os eventos aversivos (os quais, não obstante, estão presentes nas contingências) e produzem sentimentos de alívio. É comum sentimentos de alívio serem confundidos com sentimentos de bem-estar! Parece, mas só parece, que está tudo bem...
- c. Mudanças graduais – quer *fading out* de carinho, atenção, companheirismo etc.; quer *fading in* de críticas, intolerâncias, isolamento – não são facilmente percebidas. As pessoas se adaptam com menos do bom e com mais do ruim sem discriminarem que vêm ocorrendo mudanças, as quais, mesmo sendo graduais, são muito significativas;
- d. Controle de novos padrões comportamentais por estímulos competitivos pode aumentar sob novas operações motivacionais e alterar drástica e, às vezes, rapidamente, repertórios comportamentais muito amplos. Fala-se que a pessoa não é mais a mesma... “Eu não entendia o que estava ocorrendo, mas João não era mais ele!...”

- e. Um membro do casal pode ter repertórios comportamentais diferenciados, consistentes com diferentes controles de estímulos. Fala-se que é uma pessoa com a família e outra fora do lar! Ela não é o que parece ser! Os repertórios de comportamentos discriminativos podem estar tão precisamente instalados que o parceiro não se dá conta de que vive uma relação ilusória, até que um dia...
- f. As pessoas se desenvolvem: ampliam repertórios comportamentais; respondem a novos reforçadores positivos; lidam melhor com condições aversivas; passam a ter acesso a reforçadores antes não disponíveis; superam medos e inseguranças; melhoram poder aquisitivo e imagem social etc. Tal desenvolvimento não é homogêneo, nem paralelo para os dois membros do casal e criam-se distâncias que, quando são percebidas, já se tornaram inalcançáveis...

No processo de reconciliação - melhor termo seria reconstrução - será importante o terapeuta identificar, no limite do possível, quais foram as verdadeiras funções das interações comportamentais do casal, que prevaleceram durante o casamento. É um passo complexo, mas necessário para evitar repetições de erros e modificar padrões de comportamentos. Faz-se necessário reavaliar e atualizar, de modo honesto e direto, o que tem função reforçadora ou aversiva (e em que grau) para cada um, ajustar os repertórios de comportamentos etc. Depois de uma crise desta relevância só há uma saída para a continuação: um novo casamento, mais precisamente um casamento entre duas novas pessoas. Novas comportamentalmente falando! Faz-se necessário construir um novo casal!

A análise deve avançar para lidar com muitas questões: Por que os comportamentos de trair emitidos por João são aversivos para Maria? Por que João, casado com Maria, a traiu? Por que querem continuar juntos? O quanto cada qual é um estranho para o outro? Por que se descuidaram do relacionamento? O quanto cada um se conhece? etc.

Respostas para tais questões devem ser buscadas na história de contingências de reforçamento de cada um em interação com as contingências de reforçamento presentemente em operação. Conhecer umas e outras faz parte de uma análise comportamental funcional abrangente. Aliás, abrangente e necessária! Padrões de comportamento presentes foram instalados durante o desenvolvimento comportamental da pessoa e têm maior probabilidade de serem emitidos no presente a partir de processos de generalização e relações de equivalência de estímulos. Assim: crenças (regras e autorregras), valores (reforços positivos e negativos), padrões de ação (encadeamentos comportamentais) etc. foram instalados e ganharam função, a partir

das contingências de reforçamento que no passado selecionaram comportamentos e sentimentos e, dessa mesma maneira, se manterão até que novas contingências de reforçamento os alterem. A traição de João é aversiva para Maria por que o valor reforçador dele se alterou? Por que se sente humilhada e tem dificuldade de lidar com os julgamentos dos outros? Por que é competitiva e não admite perder o que é seu para outra pessoa? Por que família é uma instituição fundamental para ela e não aceita desfazê-la? Por que acredita que é melhor os filhos conviverem com um pai, que assim errou, a viverem sem o pai presente? Por que tem medo da solidão? Sem respostas a tais questões, e a outras mais, a ação terapêutica é prematura e incompleta.

O mesmo processo de investigação precisa ser conduzido com João. Por que traiu Maria? O valor reforçador dela se alterou ou ficou sob controle de estímulos competitivos provindos de outra? Trair, para João, tem a mesma função aversiva que tem para Maria? Para ele, trair e ser traído se equivalem? Quais são os conceitos dele sobre casamento? Que função fidelidade tem na sua vida? Como define família? Quais os papéis que se atribui como pai e marido? Que razões o levam a querer preservar a relação com Maria? São razões puramente egoístas, tais como: não quero perder o que é meu; não admito que ela possa ser feliz com outro no futuro...? São razões que visam a preservar o que há de bom na relação marital e nas relações com os filhos? Igualmente, sem respostas a tais questões, e a outras mais, a ação terapêutica é prematura e incompleta.

Tenha-se sempre em conta que as funções que os eventos têm para cada pessoa são construídas socialmente, como resultado da ação de contingências de reforçamento. Retificá-las implica em desconstruir e reconstruir, ou seja, empregar novas contingências de reforçamento ou novas inter-relações entre contingências. Desejar mudar as funções dos eventos não basta; há necessidade de conhecer seus determinantes e manejá-los apropriadamente.

Maria pode ou não perdoar João. Perdoar significa que, a partir de um gesto simbólico, convencionado dentro do grupo social a que ambos pertencem, aquele determinado comportamento, emitido pela pessoa que recebeu o perdão, deixa de ter função aversiva para a pessoa que perdoa. O comportamento arbitrariamente definido como inadequado perde a função de aversividade num contexto restrito delimitado pelas pessoas em interação, mesmo que não venha a mudar sua função para as demais pessoas daquele grupo social, as quais convencionaram classificar o comportamento como pecaminoso, anti-ético, desleal etc. (aversivo para os demais). Em geral, dentro do âmbito de interação entre duas pessoas, o perdão redime o pecador e seu efeito se generaliza para as demais pessoas. Assim, se Maria perdoar João, então, o comportamento de João e sua função aversiva para os demais membros do grupo social a que pertencem se perde ou fica amenizada. Por outro lado, o não perdão implica que

a pessoa sofrerá alguma forma de sanção individual, vinda de Maria, ou social, determinada pelas práticas culturais do grupo: exclusão do grupo familiar e social, proibição de ingressar em determinados ambientes, de continuar participando de determinados grupos sociais, abandono, desprezo etc. Resta àquele que pecou migrar para outro grupo social que o acolha.

Até este ponto o destaque foi dado ao comportamento de perdoar. Retomando que comportamento e sentimento são dois aspectos de uma mesma unidade comportamental, então, segue-se a questão: o que ocorre com os sentimentos das pessoas envolvidas na interação após o perdão?

Maria somente terá perdoado plenamente se sua dor se esvanecer. Uso o termo esvanecer para destacar que a dor diminui gradativamente até níveis suportáveis. A dor não cessa abruptamente, pois os sentimentos se alteram lentamente, seguindo os princípios comportamentais que regulam os processos de extinção operante e respondente. Maria conservará, provavelmente, o comportamento de se lembrar do ocorrido, mas sem a terrível moldura do sofrimento. Lembrar, neste episódio, significa: 1. ver na ausência do episódio visto; 2. imaginar quais foram os comportamentos de João, uma vez que Maria não teve acesso e não pode ter visto o que ocorreu exatamente; 3. repetir para si mesma os fatos verbais expressos por João (repetir as descrições que ele fez dos encontros, por exemplo); 4. ampliar os fatos de João com seus próprios fatos: ela faz a si mesma questões sobre o que ocorreu, porque ocorreu, como ocorreu, com que intensidade ocorreu, quando ocorreu e emite suas próprias respostas, uma vez que as apresentadas por João não a convencem. Pensar, ver as cenas, imaginar situações ocorridas etc., sem consequências sociais e ambientais reais, fazem parte dos longos processos de extinções respondente e operante. Longos e dolorosos!

Outra evidência de que o sofrimento se esvai gradualmente emerge dos comportamentos que Maria emite em relação a João. Assim, aos poucos se aproxima dele, consegue tocá-lo, deixar-se tocar, passam a conviver harmoniosamente, isto é, as atividades nas quais se engajam juntos passam a produzir reforços positivos para ambos (diz-se que desfrutam da convivência). As relações sexuais durante a fase mais aversiva da crise podem – e tal ocorrência é comum – aumentar muito de frequência e de intensidade. Tal novo ímpeto sexual pode levar os parceiros a se convencerem de que se amam intensamente. Confundem desejo erótico com amor. O aumento das interações sexuais pode – é o mais provável – estar sob controle aversivo: fazer sexo (não fazer amor) é uma maneira de subjugar o outro (ele que está prestes a me escapar; ou ela que está prestes a me desdenhar); de confirmar, de maneira supersticiosa ou ilusória, a posse: se me entrega seu corpo, então me pertence; de minimizar a perda para outra pessoa: a intensidade e a qualidade da nossa nova vida sexual não será

comparável e nem superada por nenhum outro parceiro... Todas respostas de fuga-esquiva, não obstante *parecerem* respostas de desejo, de amor, de reencontro... Maria, ao se entregar a João, procura mostrar-lhe o quanto ela pode ser reforçadora (clara competição com a “outra”) e, ao receber o que João lhe entrega, sente o alívio (não necessariamente verdadeiro) de que João ainda lhe pertence. Por outro lado, João, ao ser acolhido por Maria, sente o alívio de um gesto de perdão (que, necessariamente, não ocorreu ainda e que é fugaz) e prefere acreditar que Maria ainda lhe pertence. A operação motivacional, que permeia a interação do casal, é a perda do outro, que se caracteriza por sentimentos intensos de perda, rejeição, competição, abandono, solidão, incontrolabilidade, desamparo. Um amálgama terrível de intensos sentimentos de dor. Tal operação motivacional intensifica o valor reforçador do ente que se está perdendo e intensifica comportamentos de posse. Tudo regido por comportamentos de fuga-esquiva e sentimentos de alívio, camuflados pela errônea percepção de que são sentimentos de bem-estar e de querer bem. Pode, no entanto, ocorrer entre o casal um afastamento sexual... O corpo de João está contaminado pela intimidade vivida com a outra: “Seu corpo causa-me nojo...”. O corpo de Maria está murcho, desgredado pela dor: “O corpo dela me desperta pena...”. As relações sexuais, nesta alternativa, temporariamente diminuem de intensidade e frequência, mas gradualmente retornam a níveis semelhantes aos de antes do episódio traumático. Pode haver avanços na atividade sexual, se o casal atribuir à pobreza erótica de sua convivência um dos fatores determinantes da traição. No caso de ter havido lacunas e déficits nas relações eróticas, será necessária uma direta intervenção terapêutica para desenvolver e manter os comportamentos sexuais e afetivos envolvidos na interação erótico-afetiva.

Alternam-se, com as explosões de querer e se entregar, os episódios de desprezo, de agressão, de raiva, de nojo. Aqui prevalece o comportamento governado por regras: “Ele não é quem eu pensava que era!” “Por que devo tolerar esta convivência tão dolorosa?” “Posso retomar minha vida sem ele! Preciso dele para viver?” “O que pensarão sobre mim aqueles que sabem do episódio e me veem capitular diante dele?” etc. Em geral, ocorrem diálogos – melhor chamá-los de confrontos – intensos, em que Maria o acusa com a função de concretizar a esperança de que João negue o pior – “Prefiro a outra” – e reafirme o quanto ainda a ama... Tais confrontos têm a função de exercitar os procedimentos de extinção operante e respondente mais uma vez. As respostas respondentes se enfraquecem por exaustão, habituação ou extinção; as respostas operantes de agressão, por não serem reforçadas, se enfraquecem. Aos poucos ocorre o reencontro: provisório, instável... Durante as discussões e confrontos, ocorre um aumento na variabilidade comportamental e, assim, João passa a emitir respostas novas de aproximação, com fenótipo (espera-se que com autenticidade também) de arrependimento, carinho, querer bem etc. Maria, por sua vez, também

aumenta a variabilidade comportamental de acolhimento e de retribuição. Por algum tempo, e tantas vezes, os conflitos e reencontros se alternam, até que o casal restabelece gradualmente a relação. Duas pessoas continuam juntas, marcadas por cicatrizes ainda visíveis, mas não mais abertas.

E o que ocorre com João?

A análise, até este ponto, tem como pressuposto que nenhum dos parceiros deseja terminar o relacionamento. Se fosse diferente, caberia outra análise. Consoante esta linha de raciocínio, João terá fortes sentimentos de culpa e de arrependimento por ser o agente do sofrimento de Maria. Terá sentimentos de insegurança e de desamparo, pois não é claro quais consequências aversivas decorrerão de seus atos: Maria o abandonará? Como os filhos reagirão em relação a ele? etc. (Insegurança é sentimento produzido por contingências de reforçamento nas quais a pessoa não consegue saber com certeza que comportamentos deve emitir para produzir consequências reforçadoras positivas, nem que comportamentos evitarão, adiarão ou minimizarão consequências aversivas.) Ao mesmo tempo, pode se descrever como “completamente perdido”, envolvido em sentimento de desamparo sob controle de contingências de reforçamento em que não sabe que comportamentos emitir... Podem ocorrer múltiplas classes de comportamentos operantes, tais como: pedir perdão, insistir em ter uma nova chance, falar a verdade, ameaçar ir embora, admitir que está errado, culpar Maria, argumentando que ela o levou a agir assim, ficar agressivo, ficar dócil, mentir, pedir para ficar etc. Tamanha variabilidade comportamental tem um elemento funcional em comum: fugir e esquivar-se de perder Maria, do abandono, de ser trocado por outro, de perder a família, de ferir sua reputação e imagem social etc. No início da reconstrução do relacionamento, as múltiplas variações comportamentais de João serão selecionadas por Maria basicamente por reforçamento negativo (remoção ou redução da intensidade de consequências aversivas). Paulatinamente, ocorrerá reforçamento positivo social generalizado mesclado com reforçamento negativo. O processo de reconstrução será bem sucedido se ocorrer variabilidade comportamental de ambos os parceiros e se eles, gradativa, mas sistematicamente, aumentarem o uso de reforços positivos. O papel do psicoterapeuta será de extrema utilidade no sucesso de tal processo, pois ele poderá preparar os parceiros a usarem modelagem, *fading*, encadeamento, reforçamento diferencial etc., em suma, ensiná-los a empregar, com propriedade, técnicas comportamentais de mudanças graduais. *Não se perdoa; constrói-se o perdão.*

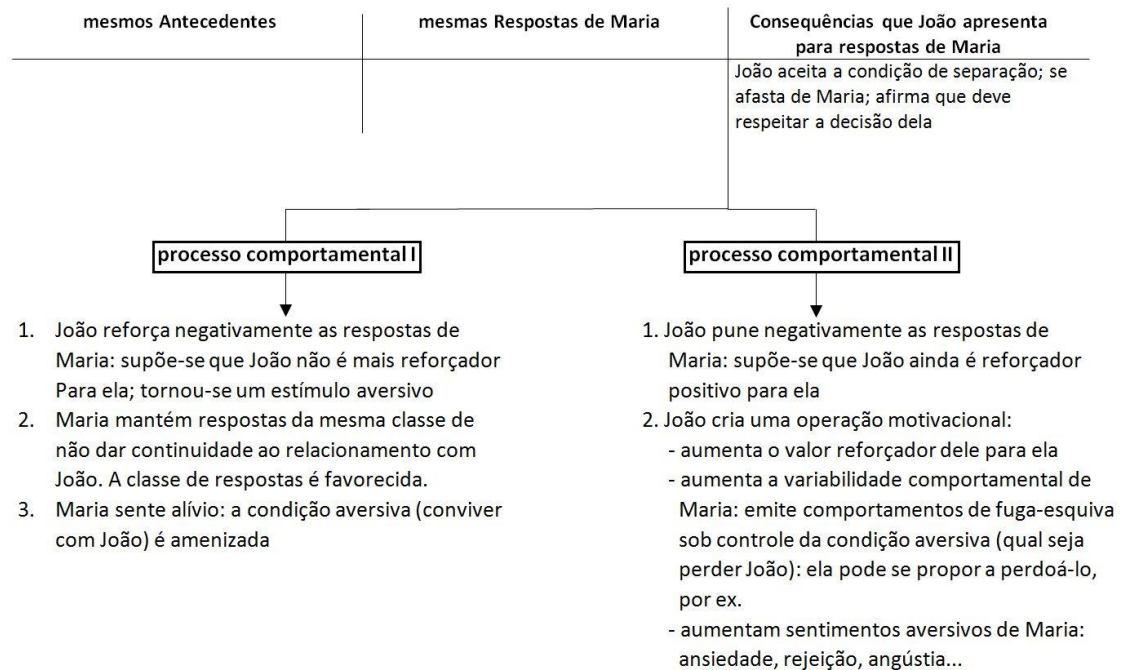
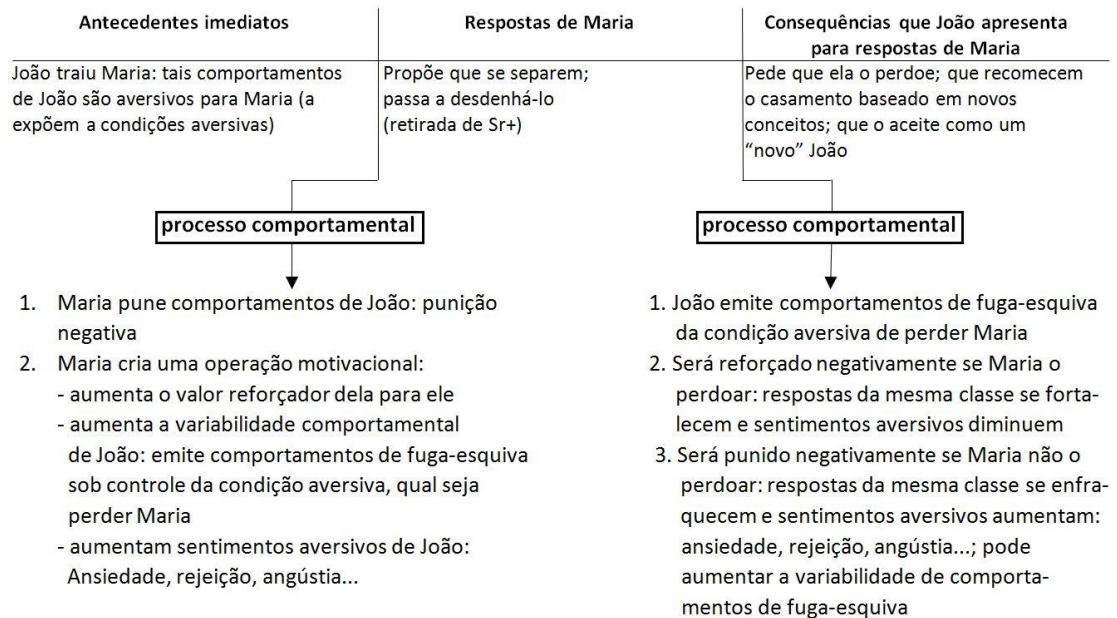
Uma alternativa poderia ser a separação... Neste caso, o perdão segue outro processo e poderá vir no futuro! Não o analisaremos neste texto.

Uma vez que os processos básicos são extinção de comportamentos e sentimentos indesejados e reforçamento diferencial de comportamentos e sentimentos desejados, pode-se perguntar quais orientações o terapeuta poderia propor para o casal

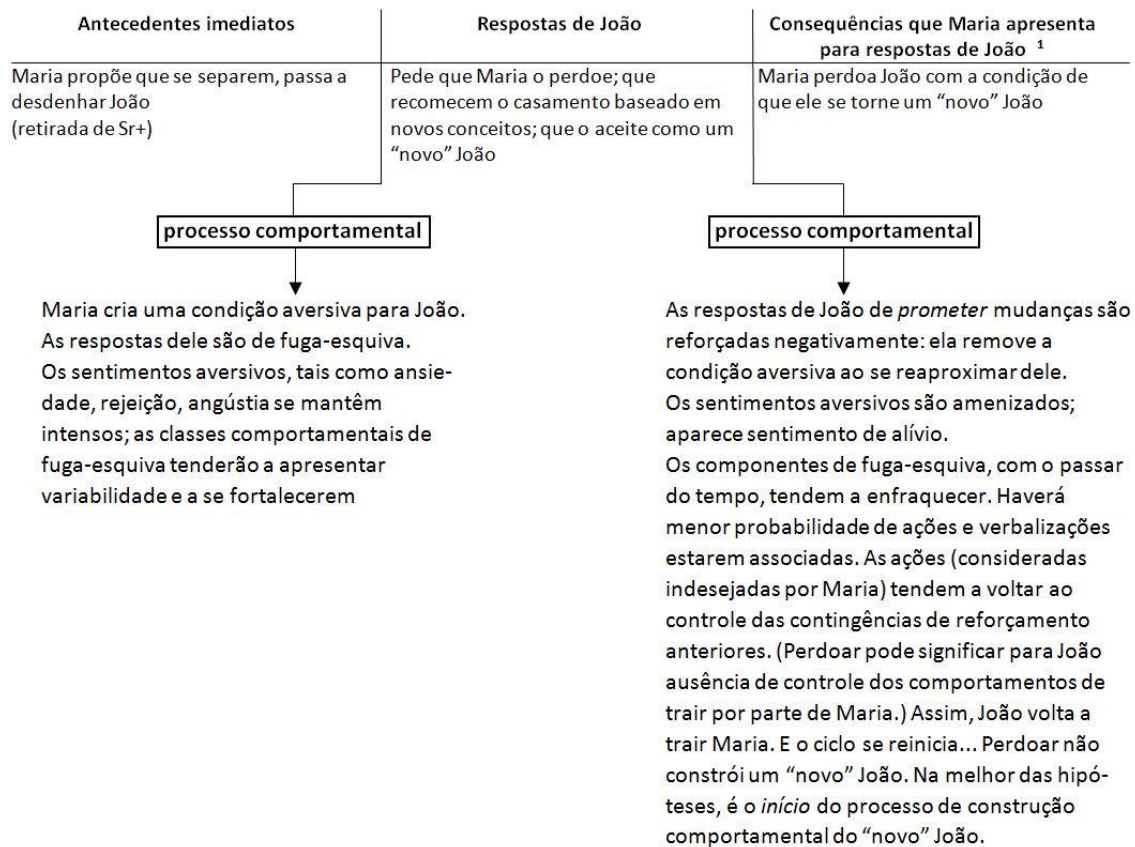
(neste texto não se tem como objetivo apresentar os procedimentos terapêuticos). Em primeiro lugar, devem falar sobre o episódio da traição sem restrições, sempre que possível e necessário, de forma honesta e, dentro do possível, respeitosa; manter versões verdadeiras e coerentes sobre o que ocorreu; encerrar o relacionamento intruso de maneira clara e confiável; rever as trincas que havia no relacionamento do casal, tornando os dois parceiros conscientes delas e dando início ao processo de desenvolvimento comportamental de ambos, visando a eliminá-las e substituí-las por comportamentos construtivos; desenvolver diálogo, necessariamente caracterizado por tatos verbais genuínos, verdadeiros, independentes das consequências aversivas, vindas do outro, que tais tatos possam produzir; aprender a aumentar tolerância à frustração; aprender a conviver com reforços atrasados e minimizar o poder de reforços imediatos; melhorar autoestima e autoconfiança a partir de desenvolvimento de repertórios comportamentais mais abrangentes e funcionais; aprender a assumir as consequências que decorrem de seus comportamentos, mesmo aqueles incipientes e aparentemente inofensivos; assumir as responsabilidades, ou seja, liderar iniciativas das interações, evitando consequências aversivas e maximizando reforços positivos (preferencialmente naturais) que decorrem da convivência íntima com o outro; ampliar seu repertório comportamental em todas as áreas de atuação humana (não apenas nas interações do casal), acessíveis àquela pessoa em particular, sem acomodação, mas com ousadia e ampla variabilidade comportamental. Pelo menos, deve-se começar e avançar em tais direções. Tudo isso, assim esboçado, não se consegue com orientações, mas com um longo, árduo, mas possível processo de construção comportamental. O processo comportamental terapêutico não consiste em levar o cliente a falar de suas dificuldades e sofrimentos, mas em levá-lo a se comportar de forma a superar as dificuldades e minimizar o sofrimento: os seus próprios e, dentro do possível, daqueles que o cercam!

O padrão comportamental e afetivo do perdão – a única versão que se pode chamar de verdadeira e genuína – ocorre quando as *mesmas* pessoas envolvidas se tornam *outras* pessoas, isto é, se tornam seres humanos comportamentalmente mais desenvolvidos, e o passado é apenas um esboço minguido da versão presente. Cada membro do casal torna-se consciente de sua posição e da do outro na relação: eu amo minha nova composição; não sou o que eu era; sou um novo ser melhorado; eu amo meu companheiro, que não é mais aquele com o qual mergulhei no precipício, mas sim este com quem, enriquecido comportamentalmente, saio e me afasto das trevas em que vivia, enquanto não me conhecia e nem nos conhecíamos!

PARADIGMA 1 – Influências recíprocas dos comportamentos de João e de Maria



PARADIGMA 2 – Influências recíprocas dos comportamentos de João e de Maria



PARADIGMA 3 – Desfecho do relacionamento entre João e Maria

Antecedentes imediatos	Respostas	Consequências recíprocas
1. Maria perdoa João com a condição de que ele mude os comportamentos indesejados e se torne um “novo” João	1. João cumpre sua promessa: suas ações definem um “novo” João. Maria reconhece os progressos de João	João agrada Maria de forma convincente; Maria reconhece as mudanças de João; ambos se aproximam de modo reforçador.] PRODUTO: o casamento melhorou
	2. João não cumpre sua promessa; suas ações são indesejadas e mal disfarçadas. Maria sente-se insegura e questiona seguidamente as ações de João	João continua criando um contexto aversivo para Maria e pune de várias maneiras os comportamentos de Maria de desconfiar da autenticidade dele. Maria critica algumas ações de João, pede que se explique, diz que não está segura, que não acredita nele, chora, ameaça terminar o relacionamento. PRODUTO: o casamento continua em crise.
2. Maria diz que perdoa João, mas não consegue se controlar: retoma o episódio da traição periodicamente; tenta vigiar os comportamentos dele; o agride com acusações...	1. João cumpre sua promessa. Sente-se injustiçado; reconhece a dificuldade que Maria tem de perdoar.	João se sente devedor e persiste na sua proposta de ser um “novo” João. PRODUTO: o casamento se mantém em crise.
	2. Maria se sente no direito de desconfiar; afinal, já foi enganada uma vez	João desiste do casamento, acusando Maria de inviabilizar um relacionamento equilibrado. PRODUTO: há separação
	3. Maria reconhece que está difícil para ela se controlar e pede a compreensão de João. Admite que pode estar sendo injusta.	João dá novas oportunidades para Maria vir a se controlar. PRODUTO: Enquanto isso não ocorre, o casamento se mantém em crise.

APÊNDICE

O texto principal se restringiu a um exemplo, aquele em que o comportamento de uma pessoa é aversivo para outra pessoa, que passa a se comportar de forma aversiva para a primeira e assim prossegue o processo comportamental... A abrangência do fenômeno de controle aversivo do comportamento social é muito mais ampla e merece ser mencionada, de tal forma a permitir uma compreensão mais adequada do controle social coercitivo.

Os comportamentos de uma pessoa podem ser aversivos para uma instituição social a que ela pertença: Igreja⁴, Empresa, Governo⁵ etc. Assim, João poderá pertencer a uma comunidade religiosa e não se comportar de acordo com os códigos de conduta, normas, orientações, dogmas e conceitos do grupo; ou poderia ser flagrado desviando dinheiro de sua Empresa que lhe cabe fiscalizar...; ou desobedecer a leis civis, tais como dirigir embriagado, não pagar impostos, assaltar, matar etc.; ou não atender aos regulamentos de uma Escola: faltar além do limite de ausências permitidas, tirar notas abaixo do critério exigido para aprovação etc. Em todas estas possibilidades, os comportamentos de João são categorizados como aversivos para a Instituição ou, mais precisamente, para as pessoas que são responsáveis pela manutenção e sobrevivência da Instituição, e elas, apoiadas nas atribuições que a Instituição lhes outorga, tem o poder ou o direito de impor-lhe alguma forma de punição ou de exigir comportamentos de reparação. Os critérios institucionais para classificar comportamentos como inadequados baseiam-se nos códigos de leis, de Ética, até mesmo em regulamentos mais particulares, que são arbitrários, não obstante necessários para o funcionamento social harmonioso (embora sujeitos a críticas e até mesmo a necessárias revisões). Às vezes, a função aversiva que o comportamento tem para a Instituição fica camuflada, pois a consequência aversiva é imposta, em nome da Instituição, “para o bem da pessoa” que se comporta de forma avessa às normas e códigos de conduta. Assim, a Instituição, quando religiosa, define o comportamento como pecado e a ela compete perdoar e impor penitências que visam à reparação do pecado, para benefício exclusivo do pecador (assim se argumenta), que desta maneira se livra, a partir deste momento, de punições e sofrimentos ainda maiores que o comportamento impróprio lhe acarretaria. Em geral, tal perdão é dado após a pessoa cumprir algum ritual de penitência – algum comportamento considerado adequado pela Instituição e que produz um grau

⁴ Sobre este tema sugiro assistir ao filme romeno de 2012, *Além das Montanhas*, dirigido por Cristian Mungiu.

⁵ Sobre este tema sugiro assistir a *4 meses, 3 semanas e 2 dias*, filme romeno de 2007, escrito e dirigido por Cristian Mungiu.

moderado de aversividade (em geral privação temporária de algum bem ou privilégio). Aparentemente, o comportamento inapropriado merece correção porque gera consequências aversivas, exclusivamente para a pessoa, mas não é exatamente isso que ocorre. O comportamento inapropriado – se mantido for – coloca em risco o poder e a credibilidade da Instituição e, como tal, é também aversivo para esta e para os responsáveis por ela. Conclui-se que, ao punir – com o objetivo de enfraquecer a emissão de comportamento inadequado – a Instituição não é altruísta: não visa tão somente à absolvição do pecador. Ela também defende seu poder. Ou seja, punir o comportamento do pecador, neste exemplo, e impor-lhe um padrão comportamental “correto”, além da penitência, tem mais a ver com a manutenção do poder da Instituição e com a permanência de códigos de conduta por ela imposta, do que com o desenvolvimento da pessoa que “pecou”.

A Instituição pode também ser de natureza civil ou política: Judiciário, Governo, Escola etc. Neste caso, o comportamento inapropriado é denominado de crime ou de desobediência a normas e diretrizes, e a sanção é prisão, multas, suspensão temporária de direitos do cidadão etc. As práticas das Instituições civis visam à manutenção da ordem, dos direitos dos cidadãos, respeito à individualidade em sintonia com os direitos coletivos, à disciplina social etc. Não é, porém, apenas para o bem do indivíduo e da coletividade que as normas e as consequências aversivas contingentes aos comportamentos ilegais são criadas e mantidas. Visam também à manutenção das Instituições e a benefícios de quem detém o poder outorgado a pessoas, através de votos, concursos públicos, indicações por mérito, apadrinhamentos etc. Os recursos financeiros que suportam tais Instituições advêm de suas próprias regras, que são impostas como deveres dos cidadãos, que devem, para tal, pagar impostos, taxas etc.

Em suma, uma pessoa pode ser expulsa do grupo, reprovada na Escola, multada, ter direitos suspensos, ser aprisionada etc. com base no grau de aversividade que se atribui por critérios arbitrários, convencionados socialmente, a seus comportamentos. As possíveis reações das Instituições sociais são, em diferentes graus, aversivas para o indivíduo que precisa, então, cumprir determinadas penas, a fim de readquirir direitos de participação e de reintegração dentro do grupo. Os comportamentos de alguém podem ser rotulados como pecado (pela Igreja, por exemplo), e a pessoa procura o perdão da autoridade eclesiástica, a partir de penitências; como crime (pela Justiça, por exemplo), e a ela cabe cumprir penas, depois das quais não pode ser mais, oficialmente, considerado culpado; como indisciplina ou omissão (pela Escola, por exemplo) e sofre suspensão, reprovação etc. , a partir das quais pode voltar às aulas, reiniciar determinada disciplina e, então, prosseguir nos seus estudos. Conceitualmente, as relações entre os comportamentos de qualquer pessoa e as consequências que as

Instituições aplicam a tais comportamentos são equivalentes àquelas que existem entre os comportamentos de João e as consequências que lhe aplica Maria.

Relações equivalentes não significam que são relações idênticas. Uma importante diferença diz respeito aos sentimentos envolvidos. As Instituições, quando aplicam sanções, a partir das quais o “pecador” está perdoado, o criminoso libertado etc., o fazem através de seus agentes, responsáveis pela manutenção da ordem e das normas de conduta, os quais raramente se envolvem afetivamente com a pessoa envolvida e com o que está ocorrendo. Completamente diferente dos sentimentos vivenciados por Maria e João. Por essa razão, neste texto nos detivemos especificamente nas relações interpessoais – naquilo que rege as relações entre João e Maria –, as quais melhor e mais frequentemente desafiam o papel do psicoterapeuta... Neste caso particular de uma relação conjugal, a agência de controle sobre o comportamento do outro é uma pessoa. É ela que define o comportamento do outro como inapropriado e aplica as sanções que considera plausíveis e as impõem quando tem poder para isso. Os critérios para definir o comportamento do outro como inapropriado vêm de códigos de ética, de moral, de conduta etc., aceitos como válidos e corretos pela comunidade verbal. São códigos elaborados pela religião, pela sociedade como um todo, pela família ou até mesmo por um indivíduo (no caso Maria), na relação que esta pessoa estabeleceu com seu parceiro. A partir deste ponto, voltemos às interações entre João e Maria e à traição conjugal deflagrada por ele. Reflita sobre o que propõe ou impõe – sobre este tema – cada uma das instâncias de poder, quais são as sanções que elas propõem e os mecanismos que utilizam para aplicá-las. Neste exemplo, os códigos morais e éticos tendem a considerar o comportamento do cônjuge inapropriado e podem conter cláusulas mais rígidas (condena-se a adúltera à morte); ou mais suaves (sugere-se ao cônjuge fazer tratamento psiquiátrico ou psicoterapêutico, o retorno à religião, a implementação de mudanças de hábitos, a fim de “recomeçar a vida” etc.). Ou rompe-se o vínculo marital e acaba-se o compromisso de casamento. Neste caso, não é usual chamar de pecado, nem de crime, mas de erro. Aplicada a punição, então, a pessoa que errou está reabilitada e a interação entre as pessoas envolvidas se restabelece sob novos parâmetros acordados pelas partes. Diferentemente do que ocorreu com Instituições religiosas ou civis, nesta última situação que envolve pessoas afetivamente ligadas, o restabelecimento da qualidade de interação nem sempre (melhor seria dizer, quase nunca) é completo. Permanecem mágoas, ressentimentos, dor emocional etc. que, não obstante presentes, precisam ser minimizadas, a fim de não inviabilizar a permanência do convívio.

Os paradigmas que se seguem resumem aquilo que foi exposto:

Comportamento inadequado de João: erro ou pecado

A	R	C
<p>Exemplos de C1 poderiam ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> - João traiu Maria - João dirige sem carteira de habilitação - João dá um “golpe” financeiro na Empresa etc. 	<p>Maria e Instituição avaliam e reagem a C1 sob influência da função aversiva que C1 tem para cada uma.</p> <p>C1 é categorizado como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pecado - Erro - Crime - Desobediência - Infração - Mau comportamento - Indisciplina - etc. 	<p>João é punido e espera-se, como consequência, que não emita mais comportamento daquela classe... Maria e Instituição emitem C2 que são consequências aversivas contingentes ao C1 de João. (É mais apropriado dizer que C1 de João é punido; não que João é punido).</p> <p>As consequências aversivas poderiam ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> - abandono - indiferença – desprezo - crítica - castigo corporal - humilhação (exposição do “erro” de João ao grupo social) - prisão - multa - suspensão temporária de direitos - exclusão social - proibições - perda de afeto - etc.

Punição positiva e negativa

Perdão para comportamento de João

I. Paradigma do Comportamento de Maria e da Instituição

A	R	C
<p>João emite C3</p> <p>C3 tem função de amenizar ou remover a função aversiva que C1 tem para Maria ou para Instituição</p>	<p>Maria e Instituição:</p> <ol style="list-style-type: none"> Avaliam que C3 ameniza ou remove a função aversiva de C1 <p>C3 é categorizado como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - penitência - arrependimento - reparação - recomeço de vida - boa intenção - etc. <ol style="list-style-type: none"> Removem ou amenizam os C2 que têm função aversiva para João Emitem C4 que é classe de comportamentos com função de reforço positivo contingente à emissão de C3 por João 	<ol style="list-style-type: none"> As consequências aversivas C2 são amenizadas ou removidas contingente à emissão e manutenção de comportamentos da mesma classe de C3. São apresentadas consequências reforçadoras positivas (C4) contingentes à emissão de C3 por João.

Reforçamento negativo e Reforçamento positivo

II. Paradigma do comportamento de Maria e da Instituição

A	R	C
Maria e Instituição apresentam e mantêm condição aversiva para João, contingente a ter emitido C1	João emite C3 C3 tem função de amenizar ou remover a função aversiva do C1	1. Maria e Instituição deixam de emitir C2: amenizam ou removem a condição aversiva de João e 2. Apresentam consequências reforçadoras positivas (C4) contingentes à emissão por João de C3

Reforçamento negativo e Reforçamento positivo

C1: classes de comportamentos indesejados (reprovados socialmente) emitidas por João: aversivas para Maria e Instituição.

C2: classes de comportamentos desejados (aprovadas socialmente) emitidas por Maria e Instituição: aversivas para João.

C3: classes de comportamentos desejados (aprovadas socialmente) emitidas por João: reforçadoras positivas para Maria e Instituição

C4: classes de comportamentos desejados (aprovadas socialmente) emitidas por Maria e Instituição: reforçadoras positivas para João